



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005789-89.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **CONDOMINIO ORIZZONTI DI SAN CARLO**
 Requerido: **MONICA MASSI PORTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Condomínio Orizzonti Di San Carlo propôs a presente ação contra a ré Monica Massei Porto, pedindo sua condenação no pagamento de R\$ 497,28 a título de despesas condominiais mensais relativas aos meses de janeiro, abril e junho de 2014.

A ré foi citada às folhas 37, contudo, não apresentou contestação, tornando-se revel (folhas 38).

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Com efeito, dispõe o artigo 319 do Código de Processo Civil, que, se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

De início, constata-se que o valor objeto da cobrança (**confira folhas 32**) se refere ao rateio de fundo de reserva e taxa extra, sendo que esses serviços são de interesses de todos os condôminos do Condomínio Orizzonti Di San Carlo.

Os serviços prestados pelo autor beneficiam, indistintamente, todos os proprietários, revelando-se justa e lícita à cobrança do respectivo rateio.

O não pagamento do rateio em apreço equivale a enriquecimento ilícito da condômina, mesmo que esta não more e nem exerça atividades nos imóveis, pois todos se beneficiam dos serviços executados.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sendo assim, a ré fica obrigada a honrar o pagamento do rateio, sob pena de se enriquecer em detrimento dos demais moradores que regularmente contribuem para a manutenção e conservação das áreas comuns.

Diante do exposto, acolho o pedido do autor, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, condenando a ré a pagar a quantia de R\$ 497,28 com atualização monetária e juros de mora a contar da data da planilha de folhas 32, e demais taxas vencidas no decorrer do processo.

Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 700,00 a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Os honorários terão a incidência da atualização monetária a partir da data de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 01 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**